

Bravo Nico¹

O alargamento da escolaridade obrigatória em Portugal: Realidades e desafios para a coesão social e territorial

Tivemos, hoje, neste Seminário, a oportunidade de revisitar alguns dos grandes desafios que o alargamento da escolaridade obrigatória veio colocar ao sistema educativo e à sociedade portuguesa.

A reflexão em torno dos **impactos do alargamento da escolaridade obrigatória** é uma das cinco linhas de trabalho que têm vindo a ser desenvolvidas na segunda Comissão Especializada do Conselho Nacional de Educação «*Conhecimento Escolar, Organização Curricular e Avaliação das Aprendizagens*». As outras linhas de trabalho em curso são as seguintes:

- i)A **relação existente entre a educação e as neurociências**, que é uma fronteira cada vez mais interessante, no que respeita à informação que, constantemente, produz e às importantes implicações que esta tem na área educacional;
- ii) A **relação entre a aprendizagem, as tecnologias de informação e comunicação e as redes digitais**;
- iii)A **ausência, cada vez mais evidente, das culturas e línguas clássicas nos planos curriculares** dos ensinos básico e secundário;
- iv)Os **casos de sucesso no combate aos insucesso e abandono escolares** que são protagonizados por escolas, instituições da comunidade escolar, autarquias locais, organizações da sociedade civil, etc.

¹ Conselho Nacional de Educação

v)Os **casos de inovação curricular em curso**, a nível internacional, nomeadamente na Finlândia e na Catalunha.

A presente linha de trabalho sobre os impactos do alargamento da escolaridade obrigatória foi privilegiada, desde o início do funcionamento da segunda Comissão Especializada, e tem conhecido muita reflexão e debate, ao longo do tempo e teve, neste Seminário, um dos seus momentos mais importantes e significativos, pela oportunidade de debate que nos oferece.

Preparei uma pequena apresentação para balizar um pouco daquilo que foram a minha leitura e interpretação dos trabalhos que aqui ocorreram: Proponho-vos **4 tópicos para reflexão**, assumindo-os como a minha síntese do presente Seminário:

1. A síndrome da *selfie*!

É esta a imagem que me ocorre, quando, como foi o caso deste Seminário, somos confrontados com estudos internacionais, no âmbito da educação e formação, nos quais Portugal participa ou é referenciado. **Temos sempre aquela sensação, como foi aqui referido, que estamos atrás dos outros países. Aquelas fotografias *selfie*, em que estes estudos nos parecem colocar, suscitam-nos sempre uma representação negativa, que resulta da percepção da posição de Portugal atrás de muitos outros países.** Falta-nos, nestes exercícios, uma fotografia dinâmica que contenha o histórico, traduza a evolução e evidencie o percurso que percorremos, nomeadamente nos últimos 40 anos.

Esta visão dinâmica, que mostre esta história e que traduza o progresso que o nosso sistema educativo alcançou, através do trabalho de muita gente, é essencial para que nós relativizemos um pouco essa *síndrome da selfie*, que nos deixa sempre muito angustiados e descrentes das nossas capacidades. Estamos atrás de muitos, mas à frente de muitos outros. Mas, **o que importa é que já estivemos muito mais atrás do que estamos hoje, em termos relativos e absolutos e a nossa trajetória é no sentido**

da melhoria e não o inverso. Os portugueses têm hoje mais acesso a mais conhecimento e a uma rede de qualificação com mais oferta e mais presente na sua vida. Os profissionais que exercem funções no sistema de qualificação possuem mais qualificações e contam com mais recursos. **Temos hoje melhores resultados em todos os indicadores que medem a qualidade da qualificação do que aqueles que tínhamos no passado.**

A primeira grande evidência de que temos razões para abandonar a *síndrome da selfie* decorre, por exemplo, da constatação de que **nunca foi tão grande a quantidade de pessoas que têm acesso à educação**. Este é, na minha opinião, **o primeiro grande indicador de qualidade de qualquer sistema de qualificação: a quantidade de cidadãos que têm acesso a sistemas formais de educação e formação**. Se aqui estamos incomparavelmente melhores, também é evidente que a qualidade do serviço público de educação e formação que é disponibilizado à população tem vindo a melhorar, apesar de todas as dificuldades, hesitações e avanços e recuos políticos, que também aqui hoje foram referidos.

2. Os 13 anos de escolaridade!

A escolaridade obrigatória é, hoje, de 12 anos. Mas, do ponto de vista do acesso, este é garantido, de forma universal, ao longo de 13 anos, uma vez que está consagrada, em lei, a universalização do acesso à educação de infância, a partir dos 5 anos de idade. Por outras palavras, atualmente, o sistema educativo garante 13 anos de escolaridade, sendo que 12 deles são considerados de frequência obrigatória. No entanto, esta é uma realidade que está em evolução, não do ponto de vista legal, porque aqui parece estar consolidada, mas no respeita à sua concretização.

Existem, no entanto, três aspectos sistémicos, referidos ao longo dos nossos trabalhos, que considero essenciais e que decorrem do alargamento da escolaridade obrigatória:

- A necessidade de **garantir que o acesso é mesmo universal** e se concretiza, em condições de igualdade de oportunidades e de

equidade, independentemente das circunstâncias sociais e económicas das/os estudantes e das respetivas famílias;

- A necessidade de **garantir que todas/os as/os estudantes que terminam o 9.º ano de escolaridade transitarão para o ensino secundário e nele permanecerão com adequadas condições de frequência;**
- O **sucesso** é o terceiro patamar do triângulo (acesso/permanência/sucesso). **Só tendo acesso e frequentando com qualidade a escola é que os indivíduos têm, de facto, oportunidade de concretizar o ensino secundário, com sucesso.** Neste Seminário, apresentaram-se importantes contributos para esta reflexão, nomeadamente na mesa em que se apresentaram alguns dos projetos de combate ao insucesso escolar que têm vindo a fazer o seu caminho no sistema educativo. Projetos construídos em torno de inovações materializadas nos dispositivos didáticos e nas abordagens na gestão e organização das escolas e que têm dado bons resultados. No entanto, estas inovações são, ainda, uma realidade parcial e circunstancial no sistema educativo, realidade que as tornam frágeis, numa estrutura pesada, pouco aberta a dinâmicas de inovação e mudança e que, aqui e ali, foi ganhando resistências à inovação. Mas **o sistema educativo, nas suas periferias decisionais, ganhou esta interessante capacidade de pensar e construir novas soluções para problemas muito estruturais como é o caso do insucesso e abandono escolares.** O desafio que se coloca decorre da necessidade de o sistema dever apropriar-se destas soluções inovadoras, nomeadamente aquelas que já deram provas e evidenciaram sucesso no combate a problemas estruturais do nosso sistema. É o caso dos projetos TurmaMais, EPIS, FÉNIX e outros equivalentes, hoje referidos e que foram apoiados e certificados pelo Ministério da Educação e Ciência, que os

financia, promove e divulga, junto das escolas. Está, portanto, na hora de **estas inovações se tornarem dimensões estruturais do sistema educativo, sendo incorporados nas suas práticas e nas suas arquiteturas legal e conceptual.**

- A necessidade de trabalhar, a nível local, no sentido de, **em cada contexto territorial e comunitário, se construírem as condições necessárias ao exercício do direito à educação,** para todos os jovens em idade de frequentar a escolaridade obrigatória. Nesta dimensão, há muito trabalho a fazer: trabalho social junto das famílias, na rede local (envolvendo as autarquias locais, as IPSS e outras instituições da sociedade civil) e na articulação entre as políticas públicas, nacionais, regionais nas áreas da qualificação, da ação social, do emprego e do trabalho. Este trabalho pode e deve envolver os conselhos municipais de educação e de juventude, os conselhos locais de ação social e as associações empresariais, de juventude, de pais e encarregados de educação, entre outros atores territoriais.
- Outro ponto importante de reflexão que retiro destes trabalhos decorre da **dimensão vocacional das decisões dos jovens, das escolas e das famílias:** *quem decide, o quê, quando, como, com quem e quais as consequências dessas decisões, que afetam, como sabemos, de forma significativa, a vida das pessoas a partir do momento em que ocorrem?* Em minha opinião, nesta dimensão, acontece, frequentemente, que os jovens, quando podem tomar decisões acerca de si próprios, verificam que estas já não estão disponíveis, porque, entretanto, alguém já decidiu por eles. Nessas circunstâncias, as trajetórias determinadas por decisões tomadas à sua revelia induziram determinados corredores vocacionais e profissionais que poderão ter limitado o exercício de autodeterminação educacional e pessoal destas pessoas. Esta é uma realidade que acontece, hoje, a muitos jovens, sendo que, quanto mais

precoce for esta decisão, menor será a margem de liberdade e autonomia para estes decidirem a sua vida.

- Chegamos à «*interoperabilidade*» das vias de qualificação ao longo de todo o percurso da escolaridade obrigatória. Existe, aqui, outra dificuldade adicional, também hoje referida, e que nos remete, por analogia, para a, conhecida e frequentemente referida, «*interoperabilidade dos sistemas de transportes coletivos de Lisboa e do Porto*». A analogia do exemplo decorre do facto de os cidadãos daquelas duas zonas metropolitanas terem, à sua disposição, diferentes meios de transporte e diferentes redes em que os mesmos operam. Uma realidade inexistente no país do interior rural, como é o caso da minha terra (São Miguel de Machede), onde nunca se colocaram questões de «*interoperabilidade*», uma vez que apenas tínhamos (e temos) o autocarro. Esta «*interoperabilidade*» e intercomunicação entre vias é uma realidade complexa nos transportes e, principalmente, na qualificação, uma vez que determinam percursos de aprendizagem não articulados e incoerentes que não conduzem, adequadamente, as pessoas na rede desarticulada com múltiplos operadores públicos, privados, demasiados pontos de descontinuidade e de conflito e, frequentes e irreversíveis, descontinuidades. É assim, atualmente, o sistema de qualificação em Portugal. Se compaginarmos esta realidade com a dimensão vocacional das decisões de qualificação, facilmente verificaremos que existem muitos jovens que ficam em fileiras de formação que não escolheram e delas dificilmente conseguirão sair. Devemos considerar esta realidade, porque se todas as vias são legítimas, elas devem ser bem estruturadas, articuladas e satisfazer as necessidades e vocações das pessoas que as percorrem e tenham participado nas decisões que a elas conduziram, bem

como a estratégia de desenvolvimento humano, social e económico do país e das suas regiões.

3. O alargamento da escolaridade obrigatória no interior de Portugal

A apresentação que veio de Moimenta da Beira convoca-nos para outra, importante, reflexão que decorre da relação, no interior de Portugal, entre a geografia, a demografia e as redes de qualificação. Enquanto vos escutava, registei que alguns dos agrupamentos de escolas, cujos diretores aqui estão hoje presentes, têm cerca de 3200 pessoas, entre alunos, professores, funcionários e técnicos. Enquanto registava este número, pesquisei alguma informação no sítio eletrónico do INE (www.ine.pt) e, só para me circunscrever à minha região de origem (Alentejo), peço-vos que comparem aquele número com o número aproximado de habitantes de concelhos como Mourão (2600 pessoas), Alvito (2500) ou Barrancos (1800 pessoas). Facilmente, verificaremos que **alguns dos vossos agrupamentos têm mais pessoas que estes concelhos alentejanos** e quase o mesmo número, quando comparados com as populações dos concelhos de Alter do Chão, Castelo de Vide, Fronteira, Marvão e Monforte. Convido todas/os as/os que vêm do interior do país a replicarem este exercício, recorrendo à demografia das suas regiões de origem.

Vem esta questão, a propósito dos impactos do alargamento da escolaridade obrigatória em determinados territórios do interior, locais onde o cenário nos mostra um acentuado despovoamento. Um **despovoamento que é impulsionado pela incompatibilidade entre as qualificações dos jovens e a ausência de oportunidades de emprego**. Em muitos dos concelhos do interior do país, rapidamente será impossível constituir, sequer, uma única turma do ensino secundário. Nestas condições, a dimensão vocacional e o acesso a diferentes vias de qualificação é uma realidade inacessível.

Já vamos tarde na resposta a este constrangimento, pois o momento de pensarmos articuladamente as questões do território, da demografia, da

população e do povoamento e da economia local era, como se costuma dizer, ontem.

Pensar e concretizar o alargamento da escolaridade obrigatória sem convocar as variáveis da demografia, da geografia e da economia local, poderá ser um, profundo e perigoso, paradoxo, pois, sendo uma oportunidade que se cria para estes jovens que (ainda) residem no interior, é, concomitantemente, uma liberdade limitada e criará mais desigualdade no acesso e na qualidade de frequência da escola. Na realidade, muitos destes jovens, que têm percursos até ao final do ensino básico, só se fixam nas terras de onde são originários porque as suas qualificações de 9.º ano (ou inferiores) são as únicas compatíveis com o perfil dos empregos que existe nesses territórios. Ao alargarem-se as suas oportunidades de qualificação, cria-se um terrível paradoxo que decorre do facto de estes serem estimulados a sair dos seus territórios, para procurarem a concretização das suas vocações e a encontrarem um emprego à medida das mesmas. Estamos a falar de coesão social e territorial do país que hoje é um dos maiores desafios de Portugal, pelas desigualdades que está a provocar. **Temos que ser aqui inovadores e assumirmos plenamente os princípios da coesão social e territorial, da justiça social e da subsidiariedade, sob pena de a qualificação ser o decisivo impulso de despovoamento jovem e de exclusão dos territórios do interior do país.**

4. A articulação das políticas: a Política!

Como se viu, ao longo de todo o Seminário, é vital a existência de coordenação das políticas públicas: das políticas do estado central; das políticas dos organismos do estado, a nível regional e distrital; das políticas das autarquias locais; das políticas públicas contratualizadas, promovidas e concretizadas por instituições locais da rede social, pelas associações de desenvolvimento local, pelas ONG, etc. Estes pensamento e prática articulados devem presidir nas decisões políticas e nas decisões de financiamento das